

Luiz Guilherme Marinoni  
Daniel Mitidiero

# Ação Rescisória

Do Juízo Rescindente  
ao Juízo Rescisório

2ª edição  
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourir

*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Brenno Stolagji Teixeira

*Adaptação capa:* Lucas Kfourir

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Marinoni, Luiz Guilherme

Ação rescisória : do juízo rescindente ao juízo rescisório / Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-948-6

1. Ação rescisória 2. Ação rescisória de sentença 3. Coisa julgada 4. Direito comparado 5. Legitimidade (Direito) 6. Processo civil I. Mitidiero, Daniel. II. Título.

21-54450

CDU-347.922:347.951

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ação rescisória dos julgados : Processo civil 347.922:347.951

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

## SUMÁRIO

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO .....	5
NOTA PRÉVIA .....	7
INTRODUÇÃO .....	15

### PARTE I PERFIL CONCEITUAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA .....	17
2. AÇÃO RESCISÓRIA E FIGURAS AFINS .....	31
2.1. <i>Querela nullitatis insanabilis</i> .....	32
2.2. Ação anulatória de ato processual .....	41
2.3. Impugnação .....	52
2.4. Reclamação .....	57
2.5. Mandado de segurança contra ato judicial .....	59
2.6. Ação anulatória de laudo arbitral .....	61
3. AÇÃO RESCISÓRIA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA .....	66
3.1. A formação histórica da ação rescisória .....	67
3.2. A ação rescisória no direito comparado .....	79

### PARTE II PERFIL FUNCIONAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA E TUTELA DOS DIREITOS .....	87
2. OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA: DECISÕES RESCINDÍVEIS .....	89
2.1. Decisão definitiva transitada em julgado .....	90
2.2. Decisão terminativa transitada em julgado .....	92
2.3. Decisão de questão prejudicial rescindível .....	93
2.3.1. Primeiras considerações .....	93
2.3.2. Fundamento .....	94
2.3.3. Questão de que depende o julgamento do mérito .....	96

2.3.4. A questão pode derivar de fato constitutivo ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo .....	97
2.3.5. Questão discutida.....	98
2.3.6. Questão de direito que independe de prova.....	104
2.3.7. Questão decidida.....	106
2.3.8. Competência absoluta .....	107
2.3.9. Coisa julgada em favor de terceiros: fundamento .....	107
2.3.10. A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo .....	110
2.3.11. A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros .....	111
2.3.12. Ato que provoca múltiplos danos ou prejuízos.....	112
2.3.13. Discussão do preenchimento dos requisitos formais para a formação da coisa julgada sobre questão e sobre o cabimento da ação rescisória ....	114
2.4. Capítulo de decisão .....	114
3. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA: FUNDAMENTOS.....	118
3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção.....	120
3.2. Impedimento ou incompetência absoluta .....	123
3.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão entre as partes a fim de fraudar a Lei .....	124
3.4. Ofensa à coisa julgada .....	138
3.4.1. Os limites objetivos da coisa julgada no CPC de 2015 .....	138
3.4.2. Ofensa à coisa julgada mediante solução de questão de que depende o julgamento de demanda distinta .....	142
3.4.3. Ofensa à coisa julgada por meio de violação à regra do deduzido e do dedutível.....	146
3.4.4. Prestações bilaterais e infringência da coisa julgada sobre o contrato ....	150
3.4.5. Ofensa à coisa julgada mediante sua “relativização”.....	155
3.4.6. Coisas julgadas contraditórias em ações idênticas e o falso problema da superação do prazo para a propositura da ação rescisória.....	163
3.4.7. A coisa julgada que reafirma coisa julgada anterior.....	172
3.4.8. Ação rescisória por ofensa à coisa julgada sobre questão.....	173
3.4.9. O terceiro beneficiado pela coisa julgada diante da ação rescisória ...	177
3.4.10. Anterior discussão e rejeição de violação de coisa julgada e ação rescisória .....	178

3.5. Violar manifestamente norma jurídica .....	179
3.5.1. Da violação de literal disposição de lei à violação manifesta de norma jurídica .....	180
3.5.2. Violação à literal disposição de lei como fenômeno típico do “formalismo ou cognitivismo interpretativo” .....	181
3.5.3. A interpretação como valoração e atribuição de significado .....	185
3.5.4. A preservação da lei dita inconstitucional como primeiro estímulo à dissociação entre texto e norma .....	187
3.5.5. A dissociação entre texto e norma na teoria do direito .....	189
3.5.6. A súmula 343 do STF como demonstração de que a decisão baseada em lei a que o judiciário já adscreveu várias normas jurídicas não pode ser objeto de ação rescisória: indagações daí decorrentes .....	192
3.5.7. A função das cortes supremas e a norma jurídica .....	194
3.5.8. Violação de norma jurídica editada pelas cortes supremas: o problema da identificação da <i>ratio decidendi</i> .....	200
3.5.9. Outras normas jurídicas delineadas pelo judiciário que podem ser objeto de ação rescisória .....	209
3.5.10. A importância dos §§ 5º e 6º do art. 966, CPC, para a confirmação do significado de “violação de norma jurídica” .....	212
3.5.11. Decisão que se pautou equivocadamente (isto é, sem fazer distinção) em precedente de Corte Suprema, decisão proferida em recurso repetitivo, súmula e decisão de tribunal sobre questão .....	212
3.5.11.1. Significado da ausência de consideração da “existência de distinção” .....	212
3.5.11.2. O problema em face de precedente de Corte Suprema .....	215
3.5.11.3. A decisão diante de súmula .....	217
3.5.11.4. A distinção em face da decisão de questão .....	218
3.5.12. A petição inicial da ação rescisória fundada em manifesto equívoco na aplicação de precedente, súmula ou decisão .....	220
3.5.13. Violação de norma jurídica “dotada de aceitabilidade” .....	221
3.5.14. A ação rescisória fundada em decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade .....	223
3.5.14.1. A decisão que nega decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal .....	223
3.5.14.2. A pretendida ação rescisória fundada em ulterior decisão de inconstitucionalidade: o § 15 do art. 525, CPC .....	224
3.5.14.3. Crítica à ideia de que não pode haver interpretação controvertida do texto constitucional .....	226
3.5.14.4. “Controle da constitucionalidade da decisão transitada em julgado”, ou melhor, negação do controle incidental de constitucionalidade .....	233

3.5.14.5. A transformação da coisa julgada num juízo suscetível a condição imprevisível.....	233
3.5.14.6. Resguardar uma decisão fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional não significa admitir efeitos a uma lei declarada inconstitucional.....	235
3.5.14.7. O verdadeiro fundamento que se pretende conferir à ação rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada ..	237
3.5.14.8. A inexistência de distinção entre decisão proferida em controle principal e controle incidental para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	237
3.5.14.9. O precedente firmado no Recurso Extraordinário 590.809: a garantia constitucional da coisa julgada exclui a possibilidade de ação rescisória baseada em ulterior decisão do Supremo Tribunal Federal .....	238
3.5.14.10. A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença que deixou de aplicar a lei por reputá-la inconstitucional.....	242
3.6. Falsidade da prova que determinou a decisão rescindenda, apurada em processo criminal ou na própria ação rescisória.....	243
3.7. Prova nova.....	250
3.8. Erro de fato.....	257
4. O PRAZO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO RESCISÓRIA .....	263
4.1. Trânsito em julgado.....	267
4.2. Prova nova.....	270
4.3. Simulação ou colusão das partes.....	272

### PARTE III PERFIL PROCEDIMENTAL

1. COMPETÊNCIA .....	273
1.1. Competência para julgamento da ação rescisória.....	274
1.2. O problema da identificação da decisão rescindenda e a oportunidade para o deslocamento da causa para o juízo competente.....	276
2. AÇÃO E DEFESA: A LEGITIMIDADE DAS PARTES .....	278
2.1. Legitimidade ativa .....	279
2.1.1. Parte, sucessor a título universal ou singular e terceiro interessado.....	279
2.1.2. A legitimidade do Ministério Público.....	282
2.1.3. Legitimidade daquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....	284

2.2. Legitimidade passiva .....	285
2.3. Ministério Público como fiscal da ordem jurídica na ação rescisória.....	286
3. O DIREITO DE AÇÃO E A PETIÇÃO INICIAL .....	287
3.1. Requisitos da petição inicial, causa de pedir e “documentos indispensáveis” .....	287
3.2. Pedidos rescindente e rescisório.....	290
3.3. Ações rescisórias cumuladas .....	292
3.4. Valor da causa.....	293
3.5. Depósito prévio .....	294
3.5.1. Ônus de depósito prévio.....	294
3.5.2. Inconstitucionalidade da dispensa do depósito prévio .....	295
3.6. Direito à emenda, dever de esclarecimento e dever de indicação .....	296
3.7. Indeferimento da petição inicial.....	297
4. JULGAMENTO LIMINAR DE MÉRITO NA AÇÃO RESCISÓRIA .....	299
5. TUTELA PROVISÓRIA .....	302
5.1. A propositura da ação rescisória não suspende a capacidade da decisão rescindenda produzir efeitos.....	304
5.2. Em especial: a propositura da ação rescisória não interrompe o prazo prescricional da pretensão executiva.....	306
5.3. Pressupostos da tutela provisória. O pressuposto comum: a probabilidade do direito .....	309
5.3.1. Tutela de urgência. O perigo na demora .....	322
5.3.2. Tutela da evidência. A defesa inconsistente .....	326
5.4. Em especial: o problema da iminência da prática dos atos expropriatórios e a indevida atuação do juiz da execução .....	328
5.5. Em especial: a impossibilidade de estabilização da tutela provisória na ação rescisória.....	329
6. O DIREITO DE DEFESA E AS RESPOSTAS DO RÉU .....	330
6.1. Respostas .....	331
6.2. Revelia .....	332
7. ORGANIZAÇÃO DA CAUSA PARA O JULGAMENTO .....	334
7.1. Providências para o julgamento .....	334
7.2. O problema da designação do relator e da composição do colegiado diante dos julgadores que preferiram a decisão rescindida.....	334
7.3. Instrução.....	336

7.3.1. Ônus da prova .....	337
7.3.2. Juízo rescindente .....	338
7.3.3. Juízo rescisório .....	340
7.3.4. Objeto da prova .....	340
7.3.4.1. Juízo rescindente .....	341
7.3.4.1.1. A regra: a cognição parcial e exauriente no juízo rescindente .....	341
7.3.4.1.2. A exceção: a impossibilidade de produção de prova e de reexame de prova para a formação do juízo rescindente por juízo absolutamente incompetente, violação da coisa julgada, manifesta violação de norma jurídica e por erro de fato.....	342
7.3.4.2. Juízo rescisório .....	343
7.4. Razões finais .....	344
7.5. Ministério Público .....	344
8. JULGAMENTO .....	345
8.1. Unidade de julgamento, pronúncia dos votos e limites do voto de desempate ...	345
8.2. Inadmissibilidade .....	348
8.3. Procedência .....	348
8.3.1. Juízo rescindente .....	348
8.3.2. Juízo rescisório .....	349
8.4. Improcedência.....	351
8.5. Ampliação do julgamento.....	351
8.6. Multa .....	353
8.7. Despesas processuais.....	353
9. RECURSOS.....	354
9.1. Embargos de declaração .....	354
9.2. Recurso especial e recurso extraordinário.....	358
10. COISA JULGADA.....	369
11. AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A COISA JULGADA NA AÇÃO RESCISÓRIA.....	369
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	371
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	373